



EDITORIAL

O número atual do Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário apresenta uma variedade temática própria desse novo ramo do direito. Os assuntos aqui tratados permitem ao leitor compreender a complexidade do próprio objeto de estudo dessa ciência, o direito à saúde.

O artigo que inaugura o atual número do CIADS, escrito por Sousa, Tavares e Rocha, analisa as versões do Plano Nacional de Política para as mulheres, em uma perspectiva de desenvolvimento dos direitos humanos das mulheres no Brasil. Uma das conclusões dos autores é que o elemento saúde demanda, do Estado, um agir capaz de compreender e abarcar a dimensão das diversidades existentes nesse grupo.

A temática da participação social abordada por Soares está inserida no contexto da vigilância de medicamentos e, aponta para a necessidade de melhorias nos mecanismos e instâncias de participação de modo a aumentar o engajamento de novos sujeitos, e o desafio de transformar o paciente em cidadão participativo e protagonista de mudanças.

Quevedo e Leal apresentam a perspectiva de qualificação da gestão da saúde e correta utilização de recursos públicos a partir da análise dos serviços de auditoria de saúde na área de órteses, próteses e materiais, em uma pesquisa empírica realizada na Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul.

Mora e Quirós, por sua vez, tratam do crime de exercício ilegal das profissões de farmácia e medicina na Costa Rica, além de também abordarem aspectos comparados na legislação da Espanha e Argentina.

Outro tema presente no CIADS é o da judicialização das políticas públicas de saúde, abordado em dois artigos distintos. Domingos e Rosa tratam a temática sob aspecto do direito coletivo, em que a grande quantidade de demandas individuais pode representar uma quebra no princípio da isonomia. Ao passo que Damasceno e Ribeiro apresentam um panorama da judicialização de medicamentos nos municípios da região metropolitana de Belém - Pará.

A comunicação breve aborda o tema do movimento anti-vacina, o aumento de sua influência no mundo, e o desafio das autoridades sanitárias nacionais e supranacionais em lidar com as suas consequências.



O CIADS encerra esse número com a resenha do segundo volume da Coletânea Direito à Saúde, publicado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, que trata dos dilemas do fenômeno da judicialização.

Desejamos aos leitores do CIADS uma boa leitura, ao tempo em que acreditamos que, com as reflexões e debates aqui expostos, o direito à saúde sairá mais fortalecido.

Maria Célia Delduque

Sandra Mara Campos Alves

Editoras científicas dos Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário